



Público

13-11-2018

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 1123 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 20

20 • Público • Terça-feira, 13 de Novembro de 2018

ECONOMIA

Caso BPN: “Brincaram com o dinheiro do cidadão cumpridor”

O tribunal condenou a prisão sete arguidos no caso BPN, entre os quais o ex-presidente do banco, Oliveira Costa, e o ex-ministro da Saúde de Cavaco Silva, Arlindo de Carvalho, que tiveram as penas mais pesadas

Banca
Cristina Ferreira

O ex-presidente do BPN Oliveira Costa e antigo ministro Arlindo de Carvalho foram condenados por burla e fraude fiscal a 12 anos e seis anos de cadeia, respectivamente. Entendeu o tribunal que no caso de Oliveira Costa, que foi secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e que exerceu funções no Banco de Portugal, o dolo cometido foi “enorme”, dado que chegou ao topo da hierarquia e “cometeu os factos que se deram como provados” e actuou “despudoradamente à margem da lei”.

Este caso é um dos processos extraídos do dossier BPN, que já levou

à condenação de Oliveira Costa, de 83 anos, a 14 anos de prisão.

Numa súplica lida em cerca de uma hora, a juíza Maria Joana Grácio classificou os arguidos deste processo ligado ao caso BPN como pessoas que cometeram crimes com um “grau de ilicitude elevadíssimo” e que “brincaram com o dinheiro do cidadão cumpridor e em quem confiou no banco e nos seus administradores”. O tribunal considerou ainda que houve uma “utilização desgovernada e despudorada do dinheiro e que essa conduta não pode passar impune”.

A advogada do ex-presidente do BPN disse à saída do tribunal que iria recorrer da condenação.

No caso de Arlindo Carvalho, ex-

ministro da Saúde e ex-secretário de Estado da Segurança Social, o tribunal disse que este arguido teve “condutas que revelam oportunismo, ganância e falta de escrúpulos”, tendo beneficiado de quase dois milhões de euros ao assumir posição de “testa de ferro” em vários negócios.

O advogado João Nabais também já disse que iria recorrer da condenação de seis anos de cadeia do ex-ministro e do arguido José Neto. Em relação aos outros arguidos condenados – Francisco Sanches, Luís Caprichoso e António Coelho Marinho (ex-administradores do BPN), José Neto, sócio de Arlindo de Carvalho numa imobiliária (a Pousa Flores), e José Monte Verde, accionista e devedor do BPN –, o tribunal deu como

provados os crimes de burla e fraude fiscal, condenando-os a penas efetivas de prisão.

Em causa neste processo estavam ilícitos relacionados com a aquisição de terrenos, através de crédito obtido

junto do Banco Português de Negócios (BPN), num valor superior a 50 milhões de euros.

A teia do BPN

No centro deste processo está a Imobiliária Pousa Flores, Sociedade de Gestão e Exploração Imobiliária, criada em 2002 e que teve como gerentes e sócios Arlindo Carvalho e José António Conceição Neto.

A empresa tinha por finalidade adquirir sem concurso público imóveis na esfera do ex-Instituto e Participações do Estado (IPE). Os imóveis foram comprados com um crédito de 26 milhões de euros do BPN. Ao todo, o grupo Pousa Flores terá efectuado seis negócios ruinosos para o grupo BPN-SLN. Em 2009, o número avançado era de 74,3 milhões de euros.

Mas as ligações entre os visados ontem pela Justiça estendem-se a outras áreas de actividade. Entre 2006 e 2009 Arlindo Carvalho e José Neto, ainda sócios e gerentes da Pousa Flores, exerceram ambos cargos no conselho de administração, como não executivos, da Quimiparque – Parques Empresariais, uma empresa pública do universo Parpública.

Arlindo de Carvalho, ex-ministro da Saúde de Cavaco Silva, pertence ao grupo de Duarte Lima e de Dias Loureiro, todos clientes do BPN e sócios da SLN, onde chegaram a ter responsabilidades. A dada altura, Arlindo Carvalho liderou a lista à mesa do congresso do PSD apresentada por apoiantes da candidatura de Pedro Santana Lopes à liderança do partido e que seria derrotada.

Em 2009 Arlindo Carvalho e o José Neto negaram ter dívidas junto do BPN e do ex-Banco Insular. Após a nacionalização do BPN, apurou-se que da lista de devedores constavam o ex-ministro Arlindo Carvalho – com dívidas de 4,88 milhões de euros – e o referido sócio na imobiliária Pousa Flores, o gestor José Neto, com 4,89 milhões. A própria Pousa Flores contraíra créditos de 1,55 milhões de euros junto do Banco Insular, integrado no BPN. **com Lusa**

“Utilização despudorada do dinheiro não pode passar impune”
Maria Joana Grácio
Juíza



Arlindo Carvalho à chegada ontem ao tribunal, onde ficou a conhecer a sua condenação a uma pena de seis anos de prisão

cristina.ferreira@publico.pt